

O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação¹

Lilia Moritz Schwarcz², Regina Dantas³

Resumo

A partir de um objeto localizado – o Museu do Imperador – o artigo tratado mecenato de d. Pedro II, refletindo sobre como, nesse local, mito e realidade dialogavam. Era a partir desse “teatro” que o monarca exercia sua função diletta – de rei das ciências – e passava a se relacionar com aqueles com quem mais se identificava: cientistas e naturalistas. Por outro lado, o museu era também cenário para a prática da classificação e é sobre esses pequenos critérios internos que este ensaio se debruça.

Palavras-chave

d. Pedro II, monarquia, ciência, naturalismo, simbolismo, poder político

1 A pesquisa para este artigo é fartamente pautada na investigação realizada por Regina Dantas na dissertação *A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional* (Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007), a quem agradecemos expressamente.

2 Professora no Departamento de Antropologia da FFLCH-USP.

3 Historiadora do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e Professora Colaboradora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. Doutoranda em História das Ciências na UFRJ.

The Emperor's museum: when to collect is to represent the nation

Lilia Moritz Schwarcz, Regina Dantas

Abstract

Dealing with a particular subject - The Emperor's Museum - this article intends to articulate the idea of a monarchical and symbolical power. It was at this place that the Emperor, Pedro II, used to meet scientist and used to show himself as one of them. In this place, also, the king practiced the art of classification, introducing series and other forms of understanding of the world.

Keywords

d. Pedro II, monarchy, science, naturalism, political power, symbolism.

Como diz Levi-Strauss, os homens são, por definição, seres que colecionam e classificam⁴. Tendem a entender sua vida construindo grandes esquemas de classificação, que se constituem, por outro lado, em formas de naturalizar e de domesticar as irregularidades e o próprio cotidiano.

Jorge Luis Borges construiu muitos cenários ao redor da idéia da classificação e da coleção. A famosa enciclopédia chinesa que dividia os animais a partir de critérios surpreendentes ou o conto “Do rigor na ciência”, que tratava dos famosos cartógrafos que acabaram soterrados por seus mapas, são exemplos de como há algo de muito humano na tarefa de classificar⁵.

Sobretudo no século XIX e com o evolucionismo, novas teorias passaram a dividir o mundo a partir de uma série de classificações que expunha hierarquicamente, e evolutivamente, o mundo e a humanidade, dividindo-a entre povos mais avançados e povos mais atrasados: a barbárie de um lado e a civilização de outro⁶. O suposto é que a civilização era uma só e que os homens se submetiam à tecnologia e a seus ganhos de maneiras distintas, o que implicava estágios diversos de evolução, mas que levavam sempre ao mesmo final e objetivo.

Por isso, os homens do XIX foram grandes colecionadores; nomeadamente colecionadores de artefatos que indicavam estágios diferentes nesse mundo que portava povos “adultos” e outros ainda na “infância da humanidade” e prontos a desaparecer. Colecionava-se para evitar o desaparecimento, uma vez que a concepção de época implicava pensar que as culturas eram como mônadas, que pereciam diante das influências externas ou da superioridade de outra civilização.

Não à toa, portanto, nessa época surgiram grandes coleções, primeiro privadas e depois públicas: de arte, mas também de etnografia. Nesse momento, não só as pinturas e esculturas neoclássicas faziam a alegria dos novos colecionadores e passavam a ser expostas em grandes museus públicos, em sua boa parte antigas residências reais, como antigos “gabinetes de curiosidades” se converteram em museus de etnografia, dispondo a humanidade em prateleiras e estantes. Stocking Jr

4 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

5 BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

6 No livro *O espetáculo das raças* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988) tive oportunidade de explorar o impacto das teorias do evolucionismo social e do darwinismo social no Brasil.

chamou de “era dos museus” a esse período em que a excentricidade era catalogada e alocada em etiquetas, prontas para a exposição e deleite de uma população ansiosa por conhecer as novas terras e colônias do Novo Mundo⁷.

E os monarcas seriam grandes colecionadores. Na verdade, boa parte das coleções da realeza converteu-se em Museus Nacionais, sendo o caso do Louvre o mais conhecido e emblemático. Os soberanos se transformariam, a partir do XVIII, em grandes mecenas das artes e passariam a centralizar esse mundo; feito cada vez mais de hierarquias rígidas, como as que foram criadas nas Academias de Arte, nomeadamente na França⁸. E nosso imperador Pedro II – um grande observador dos modelos europeus – posaria, ele próprio, como um grande colecionador. Com efeito, faria museus evidentemente públicos (uma vez que se imiscuiu na política cultural do Estado, animando a Academia de Belas Artes), assim como teria seu museu privado, mas, que, como tudo que era da realeza, seria também – e de alguma maneira – público.

Vale a pena, porém, antes de analisarmos o que seria o “museu do Imperador”, nosso tema mais evidente, refletir sobre a própria idéia de coleção. Na verdade, entender o colecionismo significa tentar deslindar as intenções que orientaram a constituição de uma coleção; ela mesma definida como um coletivo de objetos que ganham novos significados quando dispostos em conjunto. É a estrutura geral que define uma coleção e lhe dá personalidade, e não os objetos em particular. Isso significa dizer que, numa coleção, objetos ganham novas intenções e fazem sentido quando entendidos coletivamente. Como diz Almeida: “os objetos são abstraídos de sua função original, portanto, não são mais utilizados e sim possuídos, formando um sistema com estatuto próprio, sobrevivendo somente para re-significar”⁹.

Os objetos constituídos em coleções, dentro de um espaço museológico, passam, assim, a cumprir papéis específicos, no interior de um sistema que lhes é próprio e que precisa ser analisado como tal.

7 STOCKING JR., George W. (Ed.) *Objects and others. Essays on museum and material culture*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1985.

8 Vide PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: Passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

9 ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca de. O Colecionismo Ilustrado na Gênese dos Museus Contemporâneos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 2001. v. 3, p. 124.

Conforme mostra o antropólogo James Clifford, que tem examinado, entre outras, as práticas do colecionamento do Ocidente moderno, e, em especial, os expedientes de reapropriação dos artefatos tribais pelos museus nacionais – apontando para “as formas específicas que essa sociedade pode assumir em diferentes sociedades, e, especialmente, no mundo moderno” –, essas práticas ocidentais dizem muito mais de nossas maneiras subjetivas de construir identidades individuais e coletivas, do que daquele que deveria estar representado na coleção. Os museus de etnografia representariam sempre o “outro”, aquele que não somos “nós”, e é a diferença que é apresentada nas prateleiras do Museu. Por outro lado, a prática pode ser associada a uma necessidade, também ocidental, de acumular e, assim, preservar; o que, nesse caso particular, significa retirar objetos de contexto e de circulação. O colecionador isola objetos e dá a eles novos motivos e significados e inclusive valores¹⁰.

As coleções foram muitas vezes dispostas em gabinetes de curiosidade e depois em museus, locais especializados na exposição de grandes coleções. Os gabinetes não apresentavam uma personalidade tão marcada, acondicionando muitas coleções. Já os museus, a partir do XIX, e com os artefatos advindos das colônias, ganharam uma divisão evidente entre museus de arte – onde os objetos carregavam obrigatoriamente uma autoria – e museus de etnografia ou de história natural – nos quais a autoria era obrigatoriamente subestimada, uma vez que representavam as sociedades em seus diferentes estágios civilizatórios.

João Carlos P. Brigola apresenta, nesse sentido, uma interessante definição do conceito de museu de história natural; encontrada num caderno de 30 páginas manuscritas e datadas do ano de 1783, com o seguinte título: *Methodo de fazer observaçoens e exames necessários para augmento da História Natural, com os meios de preparar, conservar e dispor nos Museos os diversos productos da naturez*. Seu autor era Agostinho José Martins Vidigal, que assim definia os procedimentos e a forma que deveria ser dada para o tratamento de artefatos, a conservação, guarda e exposição dos mesmos:

Por Muzeo deve-se entender as colleçoens dos productos dos trez reinos da natureza preparadas e ordenadas pelo methodo

¹⁰ O caso mais paradigmático é o de uma coleção de moedas, as quais deixam de valer o que está indicado em sua face e passam a receber um valor simbólico ou referido à sua raridade em um outro mercado.

que diremos. O Edifício pois para guarda destes productos deve ser de pedra e cal, os pavimentos de lajes, os tectos de abobada, as cazas espaçozas, que tenham porem mais comprimento do que largura, as janelas, as quaes devem ser muitas, hão-de olhar para Norte de maneira, q, ficando as sallas bastantem claras, não estejam sujeitas ao demasiado ardor do sol.¹¹

Nesse contexto, portanto, um museu era obrigatoriamente de “história natural” e sua concepção e atuação encontravam-se já bem definidas. O mesmo autor explica como os dois termos – *gabinete* e *museu* – foram diferenciando-se, também nesse momento. Nos documentos do setecentos não havia uma distinção entre os dois termos; porém, ao longo das décadas passou-se a crescentemente associar a idéia de *museu* à de *coleção*. Um museu estava referido a seu conteúdo e aos objetos que efetivamente possuía; enquanto “gabinete” seria apenas o edifício que o abrigava. Já em finais do XVIII, a distinção era ainda mais evidente: o gabinete ficava reservado aos colecionadores particulares e especializados em história natural. Já os museus ganhavam em profissionalização e em seu caráter mais público do que privado¹².

Gabinetes de curiosidades e museus foram progressivamente se espalhando durante os séculos XVI, XVII e XVIII, destacando-se os gabinetes dos príncipes. Na cidade de Paris do século XVII, já existiam 723 coleções, as quais, segundo Peter Burke, representaram uma nova era dedicada à curiosidade geral¹³. A curiosidade seria ainda mais incitada no período em que as expedições marítimas, que retornavam à Europa repletas de preciosidades, tornavam-se mais frequentes. Nessas viagens misturavam-se objetos de valor econômico com aqueles que representavam apenas o novo, o exótico e o produto de climas em tudo diversos. Esses mesmos objetos, avidamente colecionados, transformavam-se, aos poucos, em “semióforos”, sobretudo quando introduzidos nos gabinetes e museus. Afinal, passavam a representar o “outro”, o “diferente”, o “exótico”¹⁴.

11 BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 215.

12 Ibid. p. 367-8.

13 BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 100-4.

14 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997. v. 1., p. 77.

Um pouco distinta é a trajetória dos museus, que desde a Grécia Antiga representavam a casa das nove musas¹⁵, filhas da deusa *Mnemosine* com *Zeus*. Por sua vez, a deusa da Memória era aquela que mais se associava às instituições e “lembraria aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos”¹⁶. Os museus foram criados, assim, como instituições-memória, ainda mais quando passaram para as mãos dos reis e se dedicaram efetivamente a construir a história de seus feitos.

Mas existiam vocações distintas. Os museus de história natural representavam a maravilhosa variedade humana e, em alguns casos, a riqueza dos domínios do monarca; já os museus de história refaziam o passado glorioso dos reis, enquanto os museus de arte expunham, com suas pinturas de história neoclássicas, os grandes feitos dos impérios.

Estamos, porém, lidando com uma coleção e um museu em tudo particulares: o Museu do Imperador Pedro II. Nunca foi encontrado um registro oficial, atestando a existência de tal “instituição”. Mas por meio dos viajantes, de notas deixadas por d. Pedro e até da compra futura da coleção, nos famosos “Leilões do Paço”, a idéia da existência de um “museu” foi-se afirmando de frente para trás.

Além do mais, a partir da análise das peças que teriam integrado o “museu”, foi possível construir três sub-conjuntos, que dão conta de identificar interesses, personalidades e insistências da coleção de d. Pedro, mais do que se pretendem como registros formais: a antropologia, a botânica e a geologia/paleontologia. Por certo, não se querem construir novas coleções dentro dessa coleção, assim como não há como saber qual seria a ordenação das coleções nas salas que compunham, originalmente, o Museu do Imperador.

No entanto, a partir da análise de tais documentos e objetos, hoje depositados no Museu Nacional do Rio de Janeiro, será possível perceber não só a predileção do Imperador em dedicar-se aos estudos lingüísticos, como em entender povos de diferentes sociedades e dar continuidade aos estudos de ciências naturais (seguindo os passos de sua mãe). É certo que esse é um dos lados de d. Pedro II: o colecionista ou aquele que se envolve com as ciências, através da seleção e acumulação de

15 As nove musas: *Erato* (poesia lírica); *Enterpe* (música); *Caliope* (poesia épica); *Clio* (história); *Melpômene* (tragédia); *Polímnia* (canto solene); *Terpsicore* (dança); *Talia* (comédia) e *Urânia* (astronomia).

16 LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2003. p. 433.

artefatos. É fato que não há como esquecer a importância das artes dentre os interesses do Imperador e seu papel igualmente memorável. Afinal, o imperador se fez cercar de artistas e literatos que trataram de construir sua imagem e esculpir uma bela representação¹⁷. No entanto, quando se trata de pensar no “museu do Imperador” surge um outro lado, complementar até: o do mecenas das ciências naturais. Afinal, essa era a vocação de um museu de etnografia, nesse contexto, e era assim que o imperador gostava de se apresentar em seu palácio: como um mecenas das ciências¹⁸.

O “Museu do Imperador”: imagem e espelho

Vamos, assim, chegar mais perto desse “Museu do Imperador”, um espaço pouco citado na historiografia e por vezes mencionado por viajantes, visitantes e pelo próprio imperador; como uma espécie de gabinete de curiosidades. Na verdade seria preciso perguntar por que o imperador se transformara num colecionador desse tipo de objetos? É fato que d. Pedro se preocupava não só em perpetuar sua memória – que apareceria registrada em seus diários e mais tarde nas fotos que legou. Mas o monarca também desenvolveu uma atividade contínua como “acumulador de objetos” e os depositou, sistematicamente, em um mesmo lugar; o que revela sua intenção de guardar e dar certa ordem a esses artefatos ou produtos da natureza. Além do mais, colocou-os em séries e seqüência e fez deles mais do que objetos individuais: são coleções dentro de coleções.

De toda maneira, a opção por utilizar a expressão “Museu do Imperador”, ao invés de “Gabinete de Curiosidades” ou até, simplesmente, a “coleção do Imperador”, está vinculada ao uso do tempo e do próprio imperador. D. Pedro II costumava nomear o lugar como *museu*¹⁹, uma vez que as próprias cartas

17 No livro *As barbas do imperador* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999), tivemos oportunidade de analisar os vínculos de d. Pedro II com artistas neoclássicos e que atuavam na Escola de Belas Artes.

18 É preciso destacar que este ensaio está pautado na pesquisa realizada por Regina Dantas, como dissertação de mestrado. Os créditos da investigação são, portanto, todos dela.

19 Carta do monarca no exílio doando o seu museu ao Museu Nacional. Documento sempre citado no presente trabalho. MI.CI.SC, I-DAS, 08.06.1891-P.II.B.c. Resposta de d. Pedro II, no exílio, sobre como gostaria que fosse dividida a sua biblioteca e doando o seu museu ao Museu Nacional.

que mandou do exílio se referem àquele espaço específico dessa maneira. Também nos documentos oficiais do Museu Nacional, muitas vezes, alguns objetos são identificados como fazendo parte do *museu do ex-imperador*²⁰. No inventário de 1890, por exemplo, surge o termo *Muzeu*²¹ quando se listam objetos que teriam pertencido ao Imperador.

De uma maneira ou de outra, o termo foi vingando – de frente para trás ou de trás para frente – e se impôs senão como realidade ao menos enquanto representação. E na vida desse imperador, por vezes representação vinha mesmo na frente ou no lugar da realidade. Todos falavam do Museu, mesmo que poucos o conhecessem.

E nosso Museu foi iniciado com a união de um gabinete de mineralogia e numismática, acrescido de um herbário, todos herdados da mãe de d. Pedro, a imperatriz Leopoldina (1797-1826). Na verdade, nesse contexto, era quase lugar-comum entre a realeza constituir um gabinete de mineralogia, e a imperatriz não fugiu à regra. No entanto, Leopoldina já mostrava pendores nesse sentido, ainda na Áustria, quando fazia suas coleções de pedras. Quando tinha 13 anos de idade, por exemplo, foi apresentada por seu pai – o rei Francisco I (1768-1835) –, com um gabinete de minerais²². Por outro lado, veio ao Brasil em 1817, não só acompanhada por uma missão científica, como, durante todo o tempo em que viveu no país, enviou sempre pedras, objetos empalhados, plantas secas ou borboletas a seu pai e a sua irmã²³. Não por coincidência a Imperatriz realizou o intercâmbio de materiais com o Gabinete das Ciências Naturais em Viena, conforme carta de Leopoldina, de 14 de abril de 1820, encaminhada ao diretor da instituição:

20 BR MN MN. DR.CO, AO. 5314. Portaria do diretor do Museu Nacional, Domingos Freire, determinando aos diretores das Seções que procedessem ao inventário dos objetos existentes no museu do ex-imperador, selecionando o que deveria figurar nas coleções da instituição e que fossem registrados nos livros das Seções.

21 Inventário entregue à 2ª. Vara de órfãos. MI II – DMI 02.07.1890 TC.B. rç.

22 OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: CFC; IHGB, 1973. p. 27.

23 D. LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz*. Pesquisa e seleção de cartas de Bettina Kann e Patrícia Souza Lima; artigos István Jancsó... [et al]; tradução de Tereza Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

Caro Schreibers! Quero ralhar um pouco com V. S., pois não me manda nem minerais nem conchas; pode persuadir-se de que minha paixão relativa a todos os ramos da história natural está crescendo cada dia, e o Brasil, tão ricamente abençoado pelo Criador, está me fornecendo bastantes oportunidades para aperfeiçoar-me. Assim descobri nova espécie de *Voluta harpa*, mais outra e uma concha de boca com costelas. Acredito que todas as três sejam, apesar de talvez enviadas por Natterer^[24], desconhecidas em Viena. Das plantas e dos insetos não quero falar, pois podia enumerar mil; assim já encontrei todas as *Melpothena* enumeradas por Humboldt^[25], e além disso vinte ou mais prováveis espécies de minerais, um novo minério que não é nem platina nem prata e que quero examinar agora quimicamente.²⁶

A mania colecionista da imperatriz fez com que seu pai organizasse um museu brasileiro – *K. K. Brasilianische* – devido à constante remessa de animais, aves empalhadas, plantas, flores, borboletas, peles e minerais que sua filha realizava²⁷. A maioria dos objetos representavam a fauna e a flora brasileiras e haviam sido enviados para a Europa como presentes aos amigos, parentes, à irmã Maria Luísa e ao pai.

Mas se a tarefa foi iniciada por Leopoldina, seria completada por d. Pedro II, que daria, inclusive, maior abrangência à coleção. Assim, durante a segunda metade do século XIX, o rei foi acrescentando ao herbário, ao gabinete mineralógico e numismático de sua mãe muitos objetos armazenados e recebidos em consequência das distintas visitas que fazia ou que recebia. Viajantes, chefes de Estado, naturalistas brasileiros ou estrangeiros traziam sempre presentes ao imperador, que os colocava, sistematicamente, em seu museu. Por outro lado, nas

24 Johann Natterer (1787-1843): naturalista austríaco que veio ao Brasil na comitiva de Leopoldina e dedicou-se aos estudos da cultura indígena na região amazônica.

25 Alexander Humboldt (1767-1835): foi o naturalista mais conhecido no século XIX. Explorou a Ásia Central e, com o subsídio do monarca espanhol, adentrou boa parte da América.

26 OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: CFC; IHGB, 1973. p. 155

27 O acervo do referido museu foi ampliado com as remessas de naturalistas austríacos enviadas para o Brasil pelo rei Francisco I, pai de Leopoldina, sensível às ciências naturais. Após a morte do rei, o museu brasileiro foi transferido para o Gabinete de História Natural do palácio imperial austríaco.

viagens que realizava, dentro e fora do país, o Imperador colecionava novas espécies e artefatos²⁸. Assim, o gabinete virava museu e a coleção incluía novas coleções.

Segundo o relato do viajante Thomas Ewbank (1792-1870), coube ao monarca aumentar o acervo inicial que herdara, assim como selecionar e classificar, pessoalmente, as peças²⁹. O conjunto desse material foi, por sua vez, armazenado em algumas salas específicas do Paço e, apesar de estarem localizadas na área privada do Palácio, eram objeto da constante visita de observadores curiosos ou mesmo especialistas. Mas com um detalhe: como se localizava no segundo andar, e na área teoricamente privativa do Palácio, os visitantes só entravam no Museu mediante o convite expresso do Imperador. Essa não era portanto uma instituição pública e aberta ao público. No entanto, aos poucos, esse local foi sendo conhecido e denominado, até pelo próprio imperador, como *museu*.

É impossível recriarmos a coleção do imperador em sua totalidade. Na verdade, o trabalho do historiador é, nesse sentido, sempre um pouco melancólico, já que, muitas vezes, só lhe resta intuir a partir dos “ombros” alheios, como dizia Ginzburg comentando sobre a análise de pesquisadores que se dedicam a estudar os acervos da inquisição³⁰. Só podemos ver a partir do que os documentos e registros permitem atestar.

É certo que muitos desses artefatos que vamos analisar perderam seu significado original, sendo atualmente apropriados pelo Museu Nacional em novas situações e re-significados – digamos assim – pelos diferentes departamentos da instituição. No entanto, é possível tentar recuperar a “personalidade” do Museu do Imperador e, quem sabe, seus interesses na antropologia da época e nas ciências naturais. Também não se pode esquecer o papel que o país cumpria, nesse momento, como um destacado país exótico: com uma natureza edenizada e seus naturais passíveis de uma certa desconfiança. Dessa maneira, um “museu pitoresco” bem combinava com a per-

28 Alguns objetos foram comprados pelo próprio D. Pedro II, como, por exemplo, as antigüidades americanas solicitadas através do ministro plenipotenciário do Brasil (nos Estados Unidos), Dr. Francisco Inácio de Carvalho Moreira .

29 EWBank, Thomas. *A vida no Brasil, ou: diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 115.

30 GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: _____. *A micro história e outros ensaios*. Portugal: Difel, 1989. p. 23-48.

sonalidade desse imperador que presidia as sessões do IHGB, assistia a provas na Escola Pedro II e assim costumava bradar, para quem quisesse ouvir: “A ciência sou eu”, num paralelo desavisado com o dito de Luiz XIV.

E vários vestígios e pistas desse acervo podem ser encontrados, hoje em dia, nas salas do Museu. No Departamento de Botânica, por exemplo, há uma lata contendo o herbário da família, com exsicatas coletadas por d. Pedro II, por Glaziou e pela princesa Isabel, dentre outros. Por sinal, ainda hoje o material leva o nome “Coleção da Família Imperial”. No Departamento de Geologia e Paleontologia, estão guardadas as coleções de minerais cadastradas com o nome do imperador, incluindo separadamente a procedência dos mesmos. Já no Departamento de Antropologia, a Etnografia manteve a identificação dos objetos de d. Pedro II, cadastrados no Livro de Tombo³¹, tendo sido registradas 82 peças.

Diante disso, e selecionado o universo de pesquisa, a investigação se centrou nos objetos atualmente depositados nos departamentos de Antropologia, Botânica e Geologia/Paleontologia do Museu Nacional, e que correspondem, por sua vez, a uma espécie de divisão original (ou até nativa) do material.

Dessa maneira, a partir do inventário incompleto das peças, realizado pela equipe de Regina Dantas, das descrições de viajantes (como Ewbank e Burmeister) e de uma relação existente em artigo do jornal *O Paiz*, de 1890, apresentaremos os artefatos que deveriam figurar no Museu do Imperador. Não são todos, evidentemente, mas os que estão aqui incluídos com certeza fizeram parte da coleção.

O Museu do Imperador era, como veremos, uma espécie de cartão de visitas do soberano, que gostava de se apresentar como homem de ciências e absorvido por elas. Seu Museu era assim um bom espelho que reproduzia e invertia a sua imagem. Reproduzia, quando lhe ofertava exatamente a imagem com que pretendia se fazer reconhecer: o cientista, o mecenas. Invertia, quando mostrava que dentro do Museu havia muito de representação – coleções pequenas ou apenas o resultado do conjunto dos presentes aleatórios que recebia. De toda maneira, o imperador fazia de sua coleção uma espécie de teatro do seu poder. Aqui, didaticamente exercia seu mecenato ilustrado e determinava aqueles que faziam parte (ou não) desse seu mundo teoricamente privado.

31 Catálogo existente em cada departamento com a classificação de cada coleção.

No Museu

No dia 6 de agosto de 1890, no jornal *O Paíz*, era publicado um artigo intitulado “Acervo Augusto”:

[...] relíquias de Herculanium e Pompéia (as cidades que o Vesúvio soterrou). Estatuetas, hermas, caçarolas ou panelas, vasos, repuxos, trabalhos de cerâmica, de ferro e de bronze. [...] armas modernas e antigas da Ásia e da África, yatagans recurvados dos ferozes guerreiros syrios e árabes, espadas e punhaes de aço legítimo de Damasco, escudos e elmos. Ainda a gente islamita figura no museu pelos seus instrumentos de música civil e militar. A história e a civilização da América ali tem conspícuo lugar, desde os Incas até os nossos dias. A anthropologia indígena tem objectos de estudos nas múmias e nas igaçabas, nos corpos e nas cabeças mumificadas ou pelo tempo ou pela arte. Há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida, que parece a de uma criança.³²

No periódico apareceriam descritas as grandes curiosidades desse “Museu do Imperador”. A antigüidade clássica e a oriental figuravam lado a lado com as heranças advindas das populações andinas, nesse recinto também igualadas às contribuições do Brasil. Um museu resumia os ganhos das civilizações e se, geralmente, o país não figurava dentre as grandes, nesse caso recebia um lugar paralelo e até igualado. E o museu foi, segundo a narrativa do príncipe de Joinville³³, distribuído em um total de quatro salas³⁴, tendo sido o espaço identificado com o auxílio da narrativa do viajante norte-americano Thomas Ewbank, que descreveu o andar e o espaço em que se localizava a coleção.

Por outro lado, para facilitar a análise dividimos os objetos, como já adiantamos, entre antropologia, botânica e geologia/paleontologia. Não se sabe como se deu a ordenação das coleções nas salas do Museu do Imperador, e somente foi identificado o herbário, que ficava concentrado em uma das salas. Mas o importante é que aqui o Imperador reinava e fazia das ciências da época seu grande teatro.

32 *O Paíz*, coluna “Salada de Frutas”. Rio de Janeiro, 6.8.1890.

33 D. François Ferdinand Philippe desposaria, no futuro, dona Francisca, irmã de D. Pedro II.

34 MI.CI.SC, AMI-5 e 6. Diário do príncipe de Joinville.

Antropologia no museu. Rumo à origem da humanidade

Se a Antropologia é caudatária da reflexão e dos relatos dos primeiros viajantes do século XVI, é só no XIX que ela ganha um espaço mais delimitado e, mesmo assim, muito vinculada às ciências naturais³⁵.

O Brasil, tido à época como um verdadeiro laboratório racial, oferecia uma oportunidade de mostrar a alteridade que esses “novos homens” representavam, com seus costumes muitas vezes considerados bárbaros e apartados da civilização. Além do mais, o país a essas alturas já contava com duas instituições de pesquisa – o Museu Nacional, criado em 1818, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1866 – que lidavam com a enormidade de nossa flora e fauna, mas se dedicavam, igualmente, a essa estranha humanidade.

E d. Pedro manteria uma relação constante com pesquisadores estrangeiros e brasileiros, assim como, durante suas viagens ao exterior, gabava-se de receber convites de membros de alguns institutos de pesquisa na Europa³⁶, ou de ter seu nome vinculado a essas associações, como é o caso do título que recebeu como *Membro Associado Estrangeiro da Société d'Antropologie de Paris*, em 1876. Conforme dizia a correspondência encaminhada pelo secretário geral da Sociedade, o título era conferido somente àqueles considerados “*hommes de sciences*”; designação que o Imperador, com certeza, gostava de portar³⁷.

Arqueologia

Na segunda metade do século XIX, pode-se dizer que a arqueologia, enquanto ciência, estava voltada, sobretudo, para a recuperação de certos vestígios do passado da humanidade, fortemente motivada pelas descobertas de Pompéia e Herculano

35 No livro *O espetáculo das raças* (São Paulo: Companhia das Letras, 1988), tive oportunidade de desenvolver com mais cuidado o que seria o estudo e a pesquisa em Antropologia nesse contexto.

36 Vide, entre outros, RAEDERS, George. *D. Pedro II e os sábios franceses*. Rio de Janeiro: Atlântica, 1944 e SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

37 MI.CI. maço 175, doc. 7954. Correspondência de 1876 informando ao monarca que seu nome havia sido aprovado, por unanimidade, para ser Membro associado estrangeiro da Société d'Antropologie de Paris.

no século anterior. Inspirada pelo espírito do colecionismo da época e pelo fascínio que as culturas exóticas ou as muito antigas exerciam nesse contexto, a pesquisa nessa área toma novo fôlego. De um lado, a voga grega e romana andava a todo vapor, desde o século XVIII, sendo a Antigüidade Clássica considerada o berço da nossa civilização. De outro lado, as campanhas napoleônicas teriam despertado um novo interesse pelo Egito e por mais essa civilização, considerada, até então, perdida no tempo. Mas a arqueologia que se realizava, à época, era, sobretudo, empírica e marcada pela idéia da acumulação e coleção de documentos. Os artefatos eram constantemente retirados de seus lugares, e a noção descoberta carregava seu corolário mais perverso, o qual implicava a propriedade dos objetos que se encontravam.

A coleta de peças para fins de incorporação aos gabinetes de curiosidades ou aos museus – já constituídos ou em processo de constituição – caracterizava a disciplina nesse período. Nas Américas, seu foco foi direcionado para as culturas nativas que precederam a chegada do europeu ao continente, mantendo o mesmo perfil acumulador da matriz européia. As peças eram retiradas do solo de forma muitas vezes arbitrária, selecionadas quase sempre por conta de seus atributos estéticos e encaminhadas aos possíveis interessados, não raro através de transações de natureza marcadamente comercial. Os clientes eram em geral “coleccionadores” de peças e excentricidades, que as mantinham em seus pequenos gabinetes, em instituições de pesquisa ou acervos reais.

Esse tipo de comércio foi, sem dúvida, responsável pela pilhagem de incontáveis sítios arqueológicos mundo afora, mas, sobretudo, pela descontextualização das peças e pela dificuldade de recuperação da sua origem. Grandes museus são até hoje marcados por essa lógica, sendo que muitas vezes são alocados nos mesmos espaços objetos igualados a partir de suas funções e nem sempre de sua origem. É certo que essa discussão é complexa e polêmica, mas, no nosso caso, serve mais para iluminar o modelo que servia de espelho para o Imperador.

E dentro desse tipo de colecionismo, o interesse pela Antigüidade Clássica era destacado. Analisando as correspondências particulares do imperador, guardadas no Arquivo Histórico do Museu Imperial (oriundas do Arquivo do Grão-Pará), encontramos documentos que registram o interesse do monarca em relação à Antigüidade Clássica³⁸. Além do mais, no Museu do Imperador, constavam coleções arqueológicas, destacando-

38 Estudos do monarca sobre a Grécia e Roma. MI. Cl. maço 33, doc. 1053. Estudos da língua grega realizados pelo imperador. MI. Cl. maço 40, doc. 1062.

se objetos de Pompéia e de Herculano, como panelas, vasos e artefatos de bronze.

Ewbank menciona algumas peças de Pompéia e Herculano, enviadas em 1853 pelo rei das Duas Sicílias³⁹, Ferdinando II, à sua irmã, a imperatriz Thereza Cristina, em um total de três caixotes⁴⁰. Diz o viajante que a coleção era composta de objetos da Antigüidade Clássica. Interessante é que as “antigüidades de Pompéia e Herculano”, como eram então conhecidas e referenciadas, ficavam expostas “no peitoril de uma janela”, ganhando assim bastante visibilidade⁴¹. Eram, portanto, quase um símbolo do que convinha colecionar e exibir em um museu como esse.

Além do mais, era costume do monarca incentivar o intercâmbio entre diferentes instituições nacionais e estrangeiras, propiciando a troca de diversos tipos de materiais para comporem as coleções do Museu Imperial e Nacional e, em um segundo momento, do seu museu. Em alguns casos, o imperador recebia os caixotes de remessa e encaminhava-os pessoalmente. Esse ato era documentado pela Mordomia da Casa Imperial a título de doação do monarca; prática essa que pode ser atestada pela análise de documentos referentes ao período entre 1850 e 1887⁴². O fato é que a coleção crescia, assim como ganhava personalidade, e não há como saber de que maneira d. Pedro procedia à seleção entre o que pertenceria à sua coleção privada e o que faria parte dos museus públicos. De toda maneira, os limites entre estas duas esferas eram mais uma vez tênues e misturados.

Mas vamos a mais um exemplo. Um dos objetos mais mencionados, quando se fala do “museu do monarca”, e que também lhe serviu como fonte de exercício para a tradução do hebraico para o inglês, é a *Torah*. Distribuído em nove rolos de couro, e contendo o texto bíblico, incompleto, escrito em hebraico, esse exemplar da *Torah* pertenceu ao imperador d. Pedro II, que gostava de mostrar intimidade com a leitura do documento. Mas os rolos bíblicos não eram objetos isolados. Demonstram a intenção do monarca em obter materiais de culturas diversas, sendo os mesmos colocados em exposição

39 Oriundos do *Real Museo Botanico*, hoje *Museo Nazionali di Napoli*.

40 EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou: diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 115-7.

41 *Ibid.* p. 116.

42 Documentos guardados na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

e, nesse caso, também utilizados para estudos relacionados à língua hebraica⁴³. Com efeito, parecia haver um interesse efetivo do Imperador nesse tema. Destacam-se, nesse sentido, dentre os apontamentos do soberano, um caderno contendo minuciosa pesquisa sobre os hebreus, e um glossário em hebraico, composto de três cadernos⁴⁴. Trata-se de um conjunto de manuscritos em que podem ser encontradas as suas traduções de trechos bíblicos, do hebraico para o inglês, e mesmo a evidência de que o monarca se dedicava a esse tipo de estudo. D. Pedro no Brasil e mesmo no exterior gostava de gabar o seu conhecimento de línguas e em especial do hebraico. Vista em conjunto, essa aptidão parecia ganhar outros sentidos e revelar como ao Imperador parecia apeterer associar sua imagem à de outras culturas, reconhecidas por sua antigüidade e por sua contribuição.

Mas como, por suposto, o Imperador era um adepto da idéia de civilização, outros objetos ganharam o estatuto de semióforos, dentro da coleção, como é o caso da “*múmia indígena* de d. Pedro II”. O monarca, além de receber diferentes materiais, fruto dos intercâmbios institucionais, chegou a receber doações de objetos de particulares, residentes em diferentes regiões do país, devido ao seu divulgado interesse pelas áreas das ciências naturais e antropológicas.

Um bom exemplo é o conjunto mumificado de corpos indígenas. Tal material foi encontrado nas terras de dona Maria José de Santana e por ela doado ao monarca, por ocasião de uma de suas viagens a Minas Gerais. Dona Maria foi agraciada com o título de Baronesa de Santana, provavelmente como retribuição do monarca pelo presente recebido⁴⁵. O conjunto indígena mumificado⁴⁶ fora descoberto na “Caverna da Babilônia” na cidade de Rio Novo, interior de Minas Gerais, localizada mais precisamente na Zona da Mata, próximo a Juiz de Fora, a mais de 210 km da Corte do Rio de Janeiro. Já o “presente”

43 MI.CI. maço 29, doc. 1040. Através de datação relativa realizada até o momento, a idade dos manuscritos situa-se entre os séculos XIII e XIV.

44 MI. PII, Caderno de estudos 9.

45 A esse respeito, ver a análise do *sistema de reciprocidade* nos museus, especialmente no Museu Histórico Nacional, inspirada na reflexão de Marcel Mauss sobre o tema em ABREU, Regina. Memória, história e coleção. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1996. p. 215-238.

46 Entende-se por *mumificação* a preservação do corpo ou suas partes, como decorrência de processos naturais ou artificiais.

é em si digno de nota: d. Pedro II era efetivamente associado a esse tipo de curiosidade científica e recebia uma série de dádivas desse tipo, muitas vezes retribuindo com bilhetes, assinaturas ou até mesmo títulos.

O material é composto por um indivíduo adulto, contando com aproximadamente 25 anos de idade, e duas crianças: uma na altura dos pés, envolvida em um fardo mortuário fechado. O conjunto até hoje causa impacto e na época chamou atenção, uma vez que não são poucos os viajantes que se referem ao material. Além do mais, como o indigenismo estava em voga nesse contexto, e nosso Imperador era um assíduo freqüentador do IHGB, lugar onde surgiam os romances e pesquisas nessa área, com certeza ficou animado com sua nova “reliquia”. Ela conferia antigüidade à “nossa civilização” e mostrava como as nações brasileiras eram dignas de atenção⁴⁷.

Por sinal, a partir das correspondências legadas pelo monarca, pode-se inferir a importância que dava à arqueologia indígena. Basta lembrar as cartas a naturalistas do Museu Nacional, como Carlos Schreiner, nas quais enviava apontamentos sobre excursões que realizara a sítios arqueológicos, assim como mencionava seu acompanhamento das pesquisas desenvolvidas em diferentes locais⁴⁸. O mesmo cientista em carta trocada com o Imperador relatava a descoberta de sambaquis, os quais continham restos de peixes e conchas, além de instrumentos indígenas, encontrados perto do rio Tavares⁴⁹.

O Imperador, ao que tudo indica, não só estava a par dessas pesquisas, como financiava algumas escavações, o que pode ser constatado através da correspondência trocada com Ladislau Netto, datada de junho de 1886, quando o cientista anunciou a descoberta de um cemitério indígena na província do Paraná⁵⁰. Interessante também é anotar a correspondência

47 Sobre a voga do indigenismo no IHGB e demais locais, vide entre outros: SCHWARCZ, Lília. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

48 Arquivo do Grão Pará, correspondências recebidas. PII. Correspondências de naturalistas com o monarca narrando inúmeras pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento.

49 MI. CI. Maço 173, doc 7929. Correspondência de Carlos Schreiner para o monarca sobre excursão a sítio arqueológico em Santa Catarina.

50 MI. CI. Maço 195, doc 8845. Ofício de Ladislau Netto ao imperador comunicando descoberta de um cemitério indígena na Província do Paraná e solicitando autorização para continuar os trabalhos de escavação.

enviada ao Imperador, por Hyde Clarke, membro do Instituto Histórico de Londres, na qual relaciona trabalhos de povos pré-históricos brasileiros⁵¹. Todos esses exemplos parecem mostrar os vínculos do imperador com esse tipo de investigação e o papel desse museu, onde ele dispunha um pouco do seu saber e de seu interesse pessoal.

Mas não são só as múmias indígenas brasileiras recebiam lugar destacado na coleção do imperador. Há também a múmia egípcia *Sha-Amun-Em-Su*, sempre mencionada quando se fala da “coleção do Imperador”. *Sha-Amun-Em-Su* teria sido uma cantora no Templo de Amon, e seu esquife data da XXII dinastia – cerca de 750 a. C. A múmia teria sido enviada ao Brasil como presente a d. Pedro II, pelo quediua Ismail Paxá (1830-1895), por ocasião da segunda visita do Imperador ao Oriente, em 1876. Em um trecho do seu diário (mais especificamente no dia 25 de dezembro de 1876), o Imperador manifesta sua “devoção ao governo de Quediva Ismail, como o soberano que soergueu o Egito”. D. Pedro também havia recebido, em sua primeira visita àquele país, o diploma de Membro Honorário do Instituto de Arqueologia do Egito, localizado em Alexandria. Ao retornar à cidade proferiu um discurso intitulado “O vandalismo dos viajantes”, no qual alertava acerca dos saques que estavam ocorrendo nos templos do Egito.

A amizade foi selada quando o Imperador enviou um livro sobre o Brasil ao quediua, e esse lhe deu como retribuição a múmia *Sha-Amun-em-Su*. A troca era favorável ao rei brasileiro e, a despeito de d. Pedro ter feito uma série de discursos contra as dilapidações, o problema parecia bem distante de sua coleção particular. No museu do Imperador, uma múmia ficaria muito bem e aliaria o novo com o velhíssimo mundo. E a múmia egípcia continua no museu, mas com uma especificidade: ela nunca foi aberta e seu ataúde permanece lacrado. O seu interior só foi conhecido por um exame de tomografia que revelou a presença de amuletos como um escaravelho em forma de coração⁵². Esses são mistérios da múmia de d. Pedro que continuam presentes, mais no imaginário do que enquanto uma realidade. Nesse caso, e inserida no interior dessa coleção, ela

51 MI. CI. 177, doc. 8. 100. Carta de Hyde Clarke, membro do Instituto Histórico de Londres, remetendo ao monarca trabalhos sobre os povos do Brasil da época pré-histórica.

52 BRANCAGLION JR., Antonio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *Memória & festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 78.

é, sobretudo, “a múmia de d. Pedro”. O fato é que o museu está indelevelmente associado à figura de seu dono – o imperador – e as suas peças passam a ser identificadas a partir de seu uso pessoal, por mais que saibamos que a instituição tinha uma versão pública das mais evidentes. Em meio às coleções os objetos perdem, como dizíamos, seu sentido original e passam a ganhar novos. Neste caso, a múmia egípcia ajudava a construir a própria figura pública do soberano. Uma coleção é feita de peças classificáveis. Cada uma delas guarda um sentido, mas vistas coletivamente passam todas a influir no próprio teatro do poder que se realizava durante o Segundo Reinado.

Etnografia no museu de d. Pedro

D. Pedro cunhou fortemente sua imagem de Estado a partir da idéia do “bom selvagem” que habitaria nossas matas. Toda a simbologia oficial girou em torno deste conceito, que, ademais, se adaptaria – a partir do trabalho do IHGB e das telas dos Acadêmicos da Escola Nacional de Belas Artes – àquela que pretendia ser a feição oficial do país. Sem mestiços ou escravos, o Brasil surgia como um país europeu, branco, civilizável e no máximo indígena. Essa representação, por seu lado, estava amplamente amparada na iconografia da época, e nos relatos que desde o século XVI definiam o país a partir de sua natureza maravilhosa e seus indígenas estranhos e estranhados em seus costumes. O próprio monarca animou estudos no IHGB e ele mesmo se converteria num cultor das línguas tupi e guarani, o que parece sinalizar a curiosidade do Imperador para com esses povos⁵³.

O Imperador apoiaria iniciativas concernentes aos estudos desses grupos e inauguraria pessoalmente a Exposição Antropológica de 1882, organizada pelo Museu Nacional e cuja abertura se deu em 29 de julho desse mesmo ano. Para o sucesso da mostra, o monarca, inclusive, emprestou de seu museu particular um número considerável de peças, segundo o próprio *Guia da Exposição de 1882*. Conforme relato do viajante naturalista Enrico Serra, d. Pedro teria patrocinado a presença de índios botocudos na mostra científica, que causaram verdadeiro barulho na época. Uma família de índios botocudos,

53 Sobre estudos de línguas, vide MI. CI. Maço 29, doc. 1035. Cadernos de estudos do monarca sobre línguas do Brasil, incluindo as línguas indígenas.

trazidos do Espírito Santo, ficaria acampada nos jardins de São Cristóvão, mas foram logo retirados do local, uma vez que sofreriam muito com o assédio da população. Segundo o italiano, havia um homem com cerca de 50 anos, três mulheres (que eram suas esposas), algumas crianças e um jovem de uns 18 anos. O viajante teria ficado impressionado com os cabelos sedosos dos indígenas e achou-os parecidos com japoneses.

Diante da curiosidade geral e do perigo que corriam, foi providenciada a hospedagem dos botocudos no interior do Palácio de São Cristóvão e eles somente voltaram ao Museu Nacional no término da exposição, quando foram novamente remetidos para seu local de origem. Os botocudos eram mesmo os índios da ciência, considerados – diferentemente dos românticos tupis – degradados em seus costumes. Nas revistas da época – como a *Revista Ilustrada* de Ângelo Agostini, nos artigos de antropólogos como João Batista Lacerda, os botocudos passavam a comprovar a infância de nossa civilização e aqueles que deveriam ser inclusive dizimados. Nessa época, por exemplo, H. von Ihering (então diretor do Museu Paulista) teria vindo a público pedir pelo extermínio desse povo, para que a estrada Noroeste do Brasil pudesse passar mais facilmente por suas terras⁵⁴.

Os xerentes também estiveram na exposição, mas passaram como que despercebidos; afinal já estavam no museu no começo do ano e assim não despertaram tanta curiosidade. Diferentemente dos botocudos, eles não representavam, como dizia João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, na revista da instituição, *Archivos do Museu Nacional*, a base da pirâmide da humanidade e, nesse sentido, tinham pouco interesse para a antropologia da época⁵⁵. De toda maneira, foram providenciadas esculturas dos índios xerentes e botocudos, que ainda figuram nos corredores do Museu Nacional. Índios não eram colecionáveis, mas suas estátuas sim.

No *Guia da Exposição Antropológica de 1882*, é possível identificar a variedade de objetos oriundos do Museu do Imperador, registrados como “Exp. S. M. o Imperador” ou “gabinete de S. M. o Imperador”, conforme explicação que consta no início da apresentação da Sala Rodrigues Ferreira. Era lá que

54 Para um maior desenvolvimento, vide SCHWARCZ, L. *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

55 No livro *O espetáculo das raças* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), tive oportunidade de desenvolver esse tema.

se localizava o acervo etnográfico e a legenda era das mais significativas:

As colleções d'esta sala, compostas de instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música, são constituídas não só pelos artefactos d'estas diversas naturezas, pertencentes ao Museu Nacional, mas também por muitos de propriedade particular, sendo a mais bella e a maior parte d'elles do gabinete de S. M. o Imperador.⁵⁶

De toda maneira, a essas alturas, o interesse do monarca em colecionar objetos indígenas em seu museu parecia quase “natural”, ou uma decorrência daquilo que considerava ser sua “vocação” para com os indígenas. Foi, inclusive, com essa intenção que guardou as flechas dos índios Yumá, que figuraram também em seu museu e na exposição. No entanto, sabe-se que d. Pedro era sobretudo um colecionista desses objetos e não estava muito preocupado com a manutenção dessas populações. Coleção nada tem a ver com a idéia de preservação, e nosso imperador preferia guardar objetos e conservá-los a manter vivas essas culturas.

Mas há um objeto pertencente ao Museu do Imperador e descrito no artigo do jornal *O Paiz* que aguçou, particularmente, a curiosidade: a cabeça reduzida de um guerreiro. “Há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida, que parece a de uma criança”, diz o jornal, mostrando toda a sua apreensão⁵⁷. O objeto causava grande sensação e, segundo o jornal, fazia parte de uma coleção proveniente da região do Equador e que também pertencera ao monarca.

A coleção de etnografia parece ter sido grande e, dentre os artefatos que figuraram no Museu do Imperador e estão devidamente guardados no Setor de Etnografia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, registrava-se no Livro de Tombo um total de 82 peças, tendo sido 37 ofertadas pelo próprio monarca (algumas identificadas no catálogo da Exposição Antropológica de 1882), e 45 levam o registro de “Coleção d. Pedro II”. A etnologia com certeza cumpria um papel destacado na coleção, representando a união entre a antigüidade, tão estimada nesse contexto, e as novidades da América. Mas colecionar significa selecionar e estranha-se a falta da cultura dos negros, no Museu do Imperador. Ao que tudo indica, se d. Pedro incluía os indígenas

56 GUIA da Exposição Antropológica de 1882. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882. p. 11.

57 *O Paiz*, coluna “Salada de Frutas”. Rio de Janeiro, 6.8.1890.

devidamente idealizados como parte de seu país, já os negros deveriam ser devidamente esquecidos. Em um contexto em que a população escrava e negra chegava a corresponder a 70% da população total da cidade, é no mínimo reveladora a ausência⁵⁸. O museu era com certeza feito de muitos “esquecimentos”.

Botânica

O estudo da botânica ao longo do século XIX foi marcado pela participação dos naturalistas brasileiros, que atuaram no Museu Imperial e Nacional ou no Jardim Botânico, e de estrangeiros da Comissão Científica de 1820, como é o caso de Langsdorf, Riedel e Freyreiss, coordenados pelo primeiro. Também não se podem esquecer as contribuições de Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que chegou ao Brasil em 1816, logo após o reinício da abertura das relações diplomáticas entre França e Brasil⁵⁹.

Já mencionamos a presença da missão científica de 1817, que veio acompanhando a arquiduquesa dona Leopoldina por ocasião de seu casamento com o futuro imperador do Brasil, d. Pedro I. Nessa comitiva estavam, por exemplo, os naturalistas Martius e Spix, que percorreram uma imensa extensão do país e cuja catalogação de espécimes da flora brasileira é até hoje fundamental.

E d. Pedro II, assim como fez na área da Antropologia, também interagiu com os botânicos naturalistas de sua época. Além disso, o próprio imperador possuía um herbário, composto por exemplares de madeiras, plantas, flores e frutos: um verdadeiro gabinete de botânica da época. No Museu do Imperador, uma sala específica abrigava o seu herbário, conforme especificado no inventário elaborado para a 2ª. Vara de Órfãos de 1890⁶⁰, contendo poucas mobílias e uma coleção de espécies coletadas por Martius⁶¹.

58 Vide KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

59 FERRI, Mário Guimarães. A Botânica no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. v. 2. p. 185-6.

60 Documento bastante citado em nosso trabalho. DMI 02.07.1980 TC.B. rç.

61 O material coletado por Martius está guardado no Departamento de Botânica, devidamente identificado como tendo pertencido ao naturalista, porém, separado da coleção da família imperial.

No Arquivo Histórico do Museu Imperial, encontramos seus apontamentos sobre estudos realizados na área de botânica, incluindo os desenhos feitos de próprio punho que podem sugerir seu interesse pela área. A partir da análise e da comparação da escrita de d. Pedro, foi possível identificar seus estudos com as exsicatas, até hoje guardados no Departamento de Botânica do Museu Nacional, bem como o material coletado e preparado pelo próprio monarca.

O botânico com o qual o imperador teve maior contato, devido entre outros fatores a seu longo tempo de permanência no país, foi Auguste François Marie Glaziou, responsável pelas obras de remodelação da Quinta da Boa Vista e por diversos registros de plantas do nosso território. Veio para o Brasil em 1858, a convite de d. Pedro II, e aqui permaneceu por 39 anos. Dentre as correspondências recebidas pelo monarca sobre o tema, destacam-se, pois, as que manteve com Glaziou. Numa delas o cientista introduz o professor de botânica da Faculdade de Medicina de Estrasburgo, Monsieur Antoine Laurent Apollinaire Fée (1789-1874)⁶², ao Imperador. Esse, por sua vez, ofereceu a d. Pedro sua obra, *Crystgames vasculaires du Brésil*, trabalho elaborado a partir do material que Glaziou enviou do Rio de Janeiro⁶³. Fée determinou alguns espécimes da flora, inclusive seu nome está registrado em uma das exsicatas do herbário do monarca; trata-se de um exemplar coletado pela princesa Isabel contendo como classificação a família, a espécie, o determinador e a procedência: "*Alsophila nigrescens*, Fée. Therezópolis".

Não se sabe se a coleção está completa, mas o Museu Nacional herdou o herbário do Imperador que, atualmente, é composto por 43 espécies, sendo 23 coletadas pelo próprio, e as demais por vários outros membros da família: a imperatriz Leopoldina - que teria dado início à coleção -, a princesa Isabel (1846-1921), Pedro Augusto de Saxe-Coburgo Gota (1866-1934)⁶⁴ ou o próprio botânico Auguste François Marie Glaziou.

O monarca estabeleceu um contato direto com vários naturalistas brasileiros, em especial com Ladislau Netto, que foi

62 Botânico francês de renome na Europa, tendo produzido como uma de suas principais obras *Le darwinisme, ou examen de la théorie relative à l'origine des espèces*.

63 MI. CI. maço 156, doc. 7272. Carta de Glaziou ao imperador apresentando o professor de botânica da Faculdade de Medicina de Estrasburgo, Antoine Laurent Apollinaire Fée.

64 Filho de Leopoldina, neto de D. Pedro II.

diretor do Museu Nacional. Além do mais, custeava pesquisas e pesquisadores da instituição, como foi o caso do alemão Fritz Müller (1822-1897), naturalista viajante do Museu Nacional. Nesse sentido, e mais uma vez, seu museu deveria ser uma espécie de paradeiro dos presentes que recebia e que ele mesmo ordenava cuidadosamente. Além do mais, a botânica era uma paixão de sua mãe e constava dentre as ciências naturais que figuravam, com destaque, em um museu como esse. Por fim, em um país tropical, sempre representado a partir da grandeza de sua flora, essa área do conhecimento deveria ganhar, por certo, destaque. Nada como classificar, colecionar e apresentar o exotismo dos trópicos, inscritos por certo em sua natureza considerada inigualável.

Geologia e paleontologia

Durante os séculos XVIII e XIX, raro foi o rei que não possuiu um gabinete de mineralogia. Nesse contexto, a filosofia criada por Abraham Gottlob Werner, da Saxônia, consistia em considerar que o estudo da mineralogia deveria estar ligado ao conjunto da natureza, ao conjunto da história humana e ao conjunto dos interesses e das aspirações da sociedade. José Bonifácio de Andrada e Silva (1793-1838) foi, inclusive, um dos alunos de Werner, em Freiberg. Segundo Cerqueira Falcão, a mineralogia de Werner:

[...] ligaria deste modo os seus espécimes com a migração das raças, a difusão das línguas e o processo da civilização. Mostraria como o progresso das artes e indústrias da vida tem sido orientado pela distribuição dos minerais, e como as guerras, batalhas e estratégias militares em geral têm dependido da mesma causa. O cientista, o político, o historiador, o médico, o soldado, todos aprendiam que o conhecimento da mineralogia os ajudava a atingir os seus diversos objetivos. Afigurava-se que a mais eficiente das preparações para os negócios da vida seria obtida somente na Escola de Minas de Freiberg.⁶⁵

É bem provável que a influência de Werner tenha chegado até o imperador d. Pedro II por meio do contato que tivera, no passado, com o primeiro mineralogista da América:

65 FREITAS, Marcus Vinicius de. *Hartt: expedições pelo Brasil Imperial: 1865-1878*. São Paulo: Metalivros, 2001. p. 34

José Bonifácio de Andrada e Silva. Além de tutor de Pedro, Bonifácio manteve contato bastante próximo de Leopoldina até sua morte. Ao que tudo indica, os minerais que d. Pedro herdou da coleção de sua mãe possuíam as técnicas de catalogação ensinadas por Werner. Além do mais, sabe-se que mais de um membro da família, em especial d. Pedro Augusto, neto do monarca, foi incentivado por seu avô a realizar seus estudos na área da mineralogia. Por sinal, d. Pedro Augusto consta na bibliografia mineralógica brasileira com sete publicações. Teve uma formação mais teórica do que prática, além de ter-se convertido, ele próprio, num colecionador de botânica e de minerais⁶⁶.

O interesse mineralógico do monarca não se limitava, porém, ao Brasil, uma vez que recebia doações de diferentes regiões do mundo, sobretudo a partir de sua segunda viagem ao exterior. O imperador da Rússia, Alexander II (1816-1881), por exemplo, ofertou, em janeiro de 1878, 146 minerais a d. Pedro II⁶⁷, e o importante mineralogista norte-americano, William Earl Hidden (1853-1918), que se dizia admirador do imperador, ofereceu pessoalmente, em 1876, uma coleção de minerais – conforme catálogo elaborado pelo próprio cientista e enviado posteriormente ao Brasil⁶⁸.

Por outro lado, durante suas viagens ao exterior, o Imperador recebeu convites para visitar e ser membro de várias instituições de ensino e pesquisa – como, por exemplo, a que consta no documento enviado pela *École Nationale des Mines de Paris*⁶⁹ e da *Société de Géographie de Paris*. Ser membro era uma espécie de “galanteio” para os reis e significava visibilidade e até fundos para as Instituições. De toda maneira, d. Pedro parecia gostar de colecionar esses “títulos”, que lhe garantiam assento nesse mundo da ciência que tanto estimava.

Dentre os mineralogistas de seu tempo, destaca-se o nome de Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), naturalista

66 LEINZ, Viktor. A Geologia e a Paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (Org.) *As ciências no Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, v. 1. p. 322.

67 Idem. A coleção de minerais do Museu Nacional: comemoração aos 200 Anos da Casa de História Natural. *Revista Gemologia*, São Paulo, n. 2, p. 6, 1955.

68 ANDRADE, Amaro Barcia de. *O Museu Nacional e suas coleções mineralógicas*. [s.n.t.] (mimeo.). p. 6.

69 MI. Cl. maço 166, doc. 7609. Convite recebido pelo monarca para visitar a *École Nationale des Mines de Paris*, para se tornar membro da instituição.

e geólogo suíço que muito contribuiu para a análise geológica do país. Agassiz, que participou de uma série de encontros dominicais com o imperador no Paço de São Cristóvão, acabou por se tornar um amigo bastante próximo de d. Pedro, com quem trocava correspondência com grande frequência. O imperador e o sábio discutiam idéias, mas também objetos, entre pedras e vários animais empalhados; em especial, os peixes, verdadeira paixão do cientista.

O imperador mantinha um relacionamento bastante assíduo também com mineralogistas que atuavam no Brasil, como aqueles que participaram da Comissão Geológica do Império: o canadense Charles Frederic Hartt (1840-1878) e o norte-americano Orville Adelbert Derby. Hartt, em especial, teria conseguido inserir-se no sistema político de patronagem de d. Pedro II, o que garantiu a criação da Comissão Geológica do Império. Um dos argumentos para a criação da Comissão teria sido que seus trabalhos serviriam como suporte para melhor apresentar as riquezas naturais do país e que estariam dispostas na Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, a qual o próprio imperador pretendia inaugurar junto com o presidente Grant⁷⁰. Essa exposição comemorava o centenário da independência dos EUA e o Brasil comparecia a partir da exposição de sua “natureza”. Era também a primeira vez que o imperador ia sair do Brasil, assim como pela primeira vez um monarca pisava em território norte-americano. Diante da responsabilidade de coordenar a Comissão, apoiada pelo Governo Imperial, Hartt estreitou seu contato com o imperador, inclusive por meio de correspondências, quando encaminhava relatórios da Comissão Geológica⁷¹.

Mais uma vez, o Museu do Imperador constituía uma ponte entre suas relações e capitais sociais, e sua representação. Lá ficavam expostos os presentes do Imperador, que logo se transformavam em bens do Estado; a despeito de restarem depositados nesse lugar, que funcionava como uma espécie de reduto do rei. Interessante é que as coleções de minerais e de

70 FREITAS, Marcus Vinicius de. *Hartt: expedições pelo Brasil Imperial: 1865-1878*. São Paulo: Metalivros, 2001. p. 188.

71 MI. CI. maço 170, doc. 7809. Correspondência de Hartt para o imperador encaminhando relatório da Comissão Geológica do Império. Derby chegou ao Brasil em dezembro de 1875 para se incorporar à Comissão Geológica, mas, após a dissolução da Comissão em 1877, por motivos não precisos, o geólogo foi nomeado para atuar no Setor de Mineralogia do Museu Nacional. Sua carreira decolou, sendo designado, em 1886, para diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, tendo permanecido nesse cargo até 1904.

rochas do imperador foram guardadas pelos naturalistas da antiga Divisão de Mineralogia do Museu Imperial e Nacional, sem serem misturadas às demais. Os minerais estão devidamente identificados como “Coleção d. Pedro II”, registrados separadamente daqueles que pertenceram a dona Leopoldina e a d. Pedro Augusto. Ao que tudo indica, a coleção sobreviveu às convulsões da política e guarda ainda sua primeira lógica.

Quem é quem no Museu do Imperador

Como se vê, na parte teoricamente privada de seu palácio, d. Pedro constituiu esse reduto, que marca uma das faces desse Imperador que gostava de se apresentar como um mecenas: um mecenas das artes, da educação, mas também das ciências. Além do mais, sua definição era tão ambígua como a monarquia. O local foi definido pelo próprio imperador como um espaço público, mesmo tendo sido um espaço de acesso restrito. Portanto, por meio da análise desse pequeno estabelecimento, é possível pensar de que maneira o monarca manipulava sua imagem, ao mesmo tempo em que a conectava a determinados locais que acabavam por destacar imagens específicas, prontamente veiculadas. O monarca cidadão, aquele que se apresentava com um visual que o aproximava de seu contraparente (Luiz Felipe de Orleans), o mesmo que freqüentava as instituições nacionais de pesquisa e de ensino e que nas viagens fazia questão de desenvolver uma *via crucis* por entre museus, academias e demais estabelecimentos de pesquisa e ensino, tinha no seu museu uma espécie de cartão de visitas, a atestar sua própria cientificidade. Em finais dos anos 1870 divulgou, por exemplo, a imagem de seu gabinete, assim como se fez retratar freqüentando sempre centros de pesquisa nacionais; em especial, o IHGB e o colégio Pedro II.

É por isso que seu museu, além de portar e acumular todos os presentes que recebia, também servia como espelho da feição que mais admirava apresentar. Como dizia em seu diário de 1871: “preferia ser mestre escola a transformar-se em Imperador”. Era assim que d. Pedro gostava de publicamente apresentar-se, sobretudo após 1870, quando esculpiu com mais cuidados e intenção essa feição de monarca-cientista. Mas o fato é que d. Pedro nunca abriu mão de seu lugar de rei – a despeito de acumular mais essa outra representação – e a mesma ambivalência está presente nesse espaço chamado de Museu do Imperador.

O ambiente era apresentado para alguns hóspedes diletos, sobretudo viajantes cientistas, com direito à visita guiada pelo próprio monarca, conforme relato de Hermann Burmeister

(1807-1892), natural de Berlim, e que em sua obra narra a estada no Brasil em 1850. Conheceu o imperador por intermédio do médico da família imperial, o Dr. Sigaud, e na oportunidade ofereceu-lhe o livro de sua autoria, *História da criação*, obra que deu “o tom científico” à conversa entabulada pelos dois:

Nossa conversação foi principalmente sobre o aspecto geognóstico do solo do Brasil e as épocas geológicas que influenciaram sua formação. Sua Majestade facultou-me uma visita à sua coleção particular de material científico de história natural, no decorrer da qual ia chamando minha atenção para um ou outro objeto especialmente instrutivo. Depois de meia hora de palestra, despedi-me de Sua Majestade, levando na lembrança a imagem agradável daquele monarca digno de admiração e estima em todos os sentidos.⁷²

Se prestarmos atenção à narrativa de Burmeister, veremos que no museu do monarca os visitantes eram selecionados, sendo os naturalistas viajantes seu público-alvo dileto. Interessante é que nem todos que visitavam o imperador tinham acesso ao museu. Políticos e curiosos pareciam ficar restritos às áreas sociais do Paço de São Cristóvão, não galgando os degraus do segundo andar, que levavam à área considerada íntima. Afinal, o Museu do Imperador ficava na parte reservada do Palácio e era sujeito ao arbítrio de seus próprios moradores.

Mas a seleção tornava a coleção do Imperador ainda mais preciosa. Não para menos, deveria ser um privilégio fazer parte desse mundo do monarca, ou uma maneira de adentrar seus “segredos”. No entanto, se o Museu era privado, era resultado, muitas vezes, de atividades públicas e dos presentes que nosso imperador ganhava na condição, exatamente, de Imperador. E seu museu deveria corresponder à sua melhor face, àquela que o definia como um monarca cidadão. Assim, se sua atuação constante junto ao IHGB, à Academia Imperial de Belas Artes e ao Colégio d. Pedro fazia parte de sua atuação pública, já o Museu mostrava sua vocação pessoal para o tema: d. Pedro era, ele próprio, um colecionista. Ou seja, se esses outros espaços pertenciam ao Estado, o museu era sua propriedade privada e, portanto, objeto do seu arbítrio direto.

72 BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Tradução de Manoel Salvaterra. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980. p. 82

Ewbank denominou o Museu do Imperador de um “lugar destinado à ciência, à antigüidade, à mineralogia, etc.”⁷³. Era com certeza essa a imagem e representação que o monarca procurava meticulosamente ‘ensinar’ a seus visitantes diletos e previamente selecionados: era essa a sua principal diversão enquanto cidadão Pedro. No entanto, em se tratando da monarquia, os limites entre espaços públicos e privados são muito tênues e a “coleção” do Imperador ganhava vida própria, mesmo que ele não quisesse. Por outro lado, é preciso lembrar que museus são objetos de memória e que esta é sempre um exercício de seleção. No museu não só entravam aqueles que o Imperador desejava, como d. Pedro guardava apenas os objetos que gostaria de reservar à posteridade. Nesse caso, o Estado surgia associado à sua própria pessoa, e o soberano soube, como poucos, cuidar da sua lembrança.

Terminando: cuidando da própria memória

Já no exílio, o Imperador daria o seguinte destino aos objetos depositados em seu Museu.

O meu Museu dou-o também ao Instituto Histórico, no que tenha relação com a Etnographia e a História do Brasil. A parte relativa às sciencias naturaes, e à mineralogia sob o nome de Imperatriz Leopoldina, como os herbários, que possam ficar no Museu do Rio.⁷⁴

Era evidente que o Museu do Imperador fazia parte da “memória” desse monarca, cuidadosamente zelada e acumulada. Mesmo fora do Brasil, o Imperador trataria de guardar e preservar sua memória, selecionando instituições que manteriam suas coleções de fotografias, de mineralogia, de antropologia ou botânica, e não se esqueceu do destino do seu Museu. O próprio monarca dividiria seu acervo nas áreas de etnografia (incluindo a antropologia), de mineralogia e de botânica e indicaria seu desejo de conservá-lo preservado

73 EWBank, Thomas. *A vida no Brasil, ou: diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 115.

74 MLCI.SC, I-DAS, 08.06.1891-PIL.B.c. Resposta de d. Pedro II, no exílio, sobre como gostaria que fosse dividida a sua biblioteca e doando o seu museu ao Museu Nacional.

como tal. Além do mais, ao se referir às “ciências naturais”, o imperador deveria estar incluindo seus espécimes de zoologia, seu gabinete de Química e os equipamentos da astronomia, que tanto orgulho lhe davam. Por outro lado, o material que poderia representar a categoria da História do Brasil, incluindo a coleção de numismática do monarca, foi transferido para o Museu Histórico Nacional, mas fazia igualmente parte dessa coleção original do Imperador.

No entanto, a verdadeira personalidade do Museu era dada pelas ciências naturais, mais especificamente: a etnografia, as ciências naturais, a mineralogia e seu herbário. O fato é que tanto os relatos dos viajantes que descreveram o local, quanto o artigo do jornal *O Paiz* (de 6 de agosto de 1890) associaram o lugar às ciências naturais, o que indica que talvez esse tenha sido o seu critério de seleção, destacando a imagem do imperador como “homem das ciencias”.

Vale a pena, assim, problematizar objetos de uma coleção particular, como essa. Afinal, não há quem negue a idéia de que os museus são “lugares de memória”; evocam idéias, lembranças, constroem diferentes significados, além de impedir o esquecimento. Por outro lado, museus são o lugar adequado para a prática do colecionismo e, nesse caso, de coleções que podem representar uma nação e sua própria humanidade. Estamos falando, pois, de processos de construção de identidades e do próprio imaginário nacional.

Particularmente no caso desse museu de d. Pedro II, ele parecia traçado e intentado com o objetivo de produzir a noção de ser “memorável”, uma vez que era por meio dele que nosso imperador gostaria de ser lembrado: vinculado às suas coleções de ciências naturais.

É preciso pensar, ainda, como um objeto, quando retirado de seu contexto, ganha novos sentidos e significados. Segundo Pomian,

[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público

faz parte da idéia de coleção⁷⁵. Objetos muitas vezes, dependendo do lugar que ocupam e de seu proprietário, ganham

75 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997. v. 1. p. 53.

espaços simbólicos destacados e esse é o caso dessa coleção. E d. Pedro faria o mesmo, não só com seus objetos de ciências naturais, mas também com suas fotos – devidamente distribuídas –, suas peças de porcelana que guardavam sua imagem ou a do casal real, seus faqueiros, ou insígnias.

O fato é que a imagem pública de d. Pedro viajava por meio de seus objetos e de suas coleções. E desse conjunto de coleções talvez a mais emblemática seja aquela que constou no seu “museu” e que acabou ganhando vida, em separado. Por meio dele, o imperador se convertia e se fazia apresentar como um monarca cientista, adepto das vogas e das modernidades de seu próprio contexto, e emancipado por ele. Além do mais, se a coleção era privada, sua função sempre foi pública. Mostrava como Pedro de Alcântara, em suas horas vagas, era um colecionista, amigo íntimo de viajantes e cientistas.

Não por coincidência, nesse mesmo momento o monarca fazia todo um projeto em que elevava sua imagem, como grande representante desta nação. E era por meio das artes, da ciência, da educação, da história ou da geografia que o monarca fazia jus à idéia de que centralizava a nação. “A ciência sou eu” teria dito Pedro II, num claro paralelo com Luiz XIV, mas, nesse caso, sinalizando para a noção de que o imperador moderno esculpia a sua imagem a partir dos grandes ganhos da civilização. Tendo em mente essa representação de Pedro II, cunhada pessoal e publicamente, pretendeu-se, pois, refletir sobre as coleções particulares do monarca – entre objetos de mineralogia, múmias ou fotografias – mas que eram também públicas, mostrando como, na verdade, essa divisão, no caso da realeza, pouco se verifica.

Em questão está, portanto, a idéia de colecionismo e seus vínculos com um projeto de nacionalidade. Como diz Benedict Andersen, as comunidades são sempre imaginadas, mais do que inventadas, e museus, instituições de ensino e pesquisa, faculdades e coleções desse tipo faziam parte central desse movimento que, no caso brasileiro, contou com a liderança, prática e simbólica do monarca. No caso em questão, esse era o Museu do Imperador e, de maneira emblemática, a figura privada estava à frente da pública.

Classificar nada tem de aleatório; revela a constituição de regras que são criadas por aquele que coleciona, mas passam a ser entendidas uma vez que fazem parte de uma comunidade de imaginação. Não por coincidência, d. Pedro colecionou pedras, produtos da botânica, antigüidades clássicas ou nacionais, objetos indígenas... mas se “esqueceu” da população negra, amplamente majoritária em seu império. Para um monarca que se pretendia ilustrado esse era “o outro lado da representação”,

aquele que não deveria jamais ser apresentado. Coerente com sua feição pública, apresentada com freqüência nas Exposições Universais, o Brasil surgia como um país europeu e indígena: a mais tradicional – porque Bourbon e Habsburgo – e a mais original das monarquias, porque assentada nos trópicos. Não havia lugar para a escravidão, assim como objetos produzidos pela população negra e de origem africana não faziam parte da coleção do Imperador.

Uma coleção é um exercício de classificação e de seleção. No seu museu d. Pedro II fez como o Imperador Chinês, que recebia seus presentes dos “seus súditos ingleses” e os dispunha no seu jardim das maravilhas⁷⁶. Sabemos que no século XIX ingleses não eram “súditos” e que tratariam de dominar a China, mesmo assim o imperador “os colecionava”. O mesmo fez d. Pedro, que colecionou civilizações e colocou a sua, o Brasil, em lugar destacado.

76 Citado por SAHLINS, Marshal. *Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”* (1988). In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004. p. 445-501.

Anexo

1. LISTA DE FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico - Museu Imperial

MI. Arquivo Grão-Pará, Correspondências Recebidas – PII.
Correspondências de naturalistas com o monarca narrando inúmeras pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento.

MI. Arquivo Grão-Pará, Correspondências Recebidas – 7954.
Correspondência ao imperador enviando o diploma de Membro Honorário do Instituto de Arqueologia do Egito.

MI. Arquivo Grão-Pará, Correspondências Recebidas – 8090.
Carta ao monarca de agradecimento do Quediva do Egito, Ismail, pelo recebimento de livro sobre o Brasil.

MI. Arquivo Grão-Pará 218-AD-27 1-V-A.
Inventário dos objetos do Paço de São Cristóvão.

MI.CI. Diário de d. Pedro II (1840 - 1891)
Cadernos de diários do monarca.

MI.CI, maço 28, doc. 997.
Carta de Louis Couty ao imperador narrando memórias científicas: notas com estudos sobre macacos e plantas tóxicas no Brasil.

MI.CI, maço 29, doc. 1027.
Convite recebido pelo monarca para visitar o Institute Royal de Géologie d'Autriche para que se tornasse membro da instituição.

MI.CI, maço 29, doc. 1028.
Cadernos de estudos do monarca sobre experiências de física.

MI.CI, maço 29, doc. 1035.
Cadernos de estudos do monarca sobre línguas do Brasil, incluindo as línguas indígenas.

MI.CI, maço 29, doc. 1036.
Cadernos de estudos do monarca sobre astronomia.

MI.CI, maço 29, doc. 1039.
Cadernos de estudos do monarca sobre física, contendo descrição da decomposição da luz sobre o cristal.

MI.CI, maço 29, doc. 1040.
Cadernos de estudos do monarca sobre língua hebraica.

- MI.CI, maço 31, doc. 1050.
Cadernos de estudos do monarca sobre literatura.
- MI.CI, maço 33, doc. 1053.
Cadernos de estudos do monarca sobre história (Grécia e Roma).
- MI.CI, maço 40, doc. 1062.
Cadernos de estudos do monarca sobre línguas (Sânscrito, Grego, Árabe, Hebraico).
- MI.CI, maço 40, doc. 1063.
Versos em hebraico elaborados pelo monarca comemorando a vitória do Brasil contra o Paraguai.
- MI.CI, maço 41, doc. 1064 e maço 42, doc. 1066.
Cadernos de estudos diversos do monarca.
- MI.CI, maço 141, doc. 6898.
Carta do botânico Martius ao monarca oferecendo-lhe seu livro sobre os índios do Brasil.
- MI.CI, maço 156, doc. 7272.
Carta de Glaziou ao imperador apresentando o professor de botânica da Faculdade de Medicina de Estrasburgo, Antoine Laurent Apollinaire Fee.
- MI.CI, maço 166, doc. 7609.
Convite recebido pelo monarca para visitar a École Nationale des Mines de Paris, para se tornar membro da instituição.
- MI.CI, maço 170, doc. 7809.
Correspondência de Hartt para o imperador encaminhando relatório da Comissão Geológica do Império.
- MI.CI, maço 173, doc. 7929.
Correspondência de Carlos Schreiner para o monarca sobre excursão a sítio arqueológico em Santa Catarina.
- MI.CI, maço 175, doc. 7954.
Correspondência de 1876 informando ao monarca que seu nome havia sido aprovado, por unanimidade, para ser membro Associado do Estrangeiro da Societé d'Antropologie de Paris.
- MI.CI, maço 177, doc. 8.100.
Carta de Hyde Clarke, membro do Instituto Histórico de Londres, remetendo ao monarca trabalhos sobre os povos do Brasil da época pré-histórica.
- MI.CI, maço 186, doc. 8076.
Carta enviada por Lund ao monarca contendo informações sobre crânios do Brasil.

MI.CI, maço 186, doc. 8454.

Cópia do testamento de Lund em dinamarquês.

MI.CI, maço 195, doc. 8845.

Ofício de Ladislau Netto ao imperador comunicando descoberta de um cemitério indígena na Província do Paraná e solicitando autorização para continuar os trabalhos de escavação.

MI.CI. SC – I. DAS, 8.06.1891-PII-B.c.

Resposta de d. Pedro II, no exílio, sobre como gostaria que fosse dividida a sua biblioteca e doando o seu museu ao Museu Nacional.

MI.CI. SC. AM I - 5 e 6 Diário do príncipe de Joinville.

Caderno de diário do príncipe de Joinville.

MII-DMI 2.07.1890 TC.B.rç.

Inventário dos pertences da família imperial enviado à 2ª. Vara de Órfãos.

MI, PII, Caderno de estudos 9.

Conjunto de três cadernos do imperador contendo traduções de trechos da Bíblia do Hebraico para o Inglês.

Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional

BR MN. AO, pasta 1, doc. 2, 6.06.1818.

Decreto de criação do Museu Real - atual Museu Nacional.

BR MN. AO, pasta 19, doc. 10ª, 18.03.1886.

Outro documento da Casa Imperial encaminhando o vaso bizantino.

BR MN MN. AE 03, f. 59 (D213).

Documento de doação de vaso que pertenceu ao Paço de São Cristóvão, ao Museu Nacional.

BR MN MN. AO, pasta 19, doc. 10ª, 18/03/1880.

Documento da Casa Imperial ao diretor do Museu Nacional encaminhando, por ordem do imperador, um vaso bizantino de Sèvres.

BR MN MN. AO, pasta 92, doc. 77, 1856.

Ofício do diretor Frederico Leopoldo César Burlamaqui, ao Mordomo-mor do Paço, solicitando “interferência imperial” para que o Museu Nacional pudesse obter peças do Museu de Nápoles.

BR MN MN 33 doc. 224.

Ofício despachado pela diretoria do Museu Nacional que cita objetos do Museu do ex-imperador na instituição.

BR MN MN 33 doc. 201, 2.10.1894.

Ofício da direção do Museu Nacional citando a existência na instituição da coleção de numismática do imperador.

BR MN MN. DR. Classe 54 doc. de 28.06.1949.

Ofício de funcionária do Museu Nacional, Maria Alberto Torres, sobre quadro de Nicolas Taunay (que figurou na primeira sala do Museu do Imperador).

BR MN MN. DR CO, AO. 5314.

Portaria do diretor do Museu Nacional, Domingos Freire, determinando aos diretores das Seções que procedessem ao inventário dos objetos existentes no museu do ex-imperador, selecionando o que deveria figurar nas coleções da instituição e que fossem registrados nos livros das Seções.

BR MN MN. DR, CO, AO. 9.

Portaria do diretor do Museu Nacional dando início às visitas públicas, em 1821.

BR MN MN. DR. CO, AO. 966.

Convite recebido pelo diretor do Museu Nacional, Frederico César Burlamaqui, para compor Comissão Julgadora da Exposição Universal de Londres de 1861.

BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f. 151 – 151v.

Ofício de Ladislau Netto para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, solicitando a transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista, em 28.02.1890.

BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f. 156 – 157.

Ofício de Ladislau Netto solicitando urgência para a transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista.

BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f. 169 – 169v.

Ofício de Ladislau Netto ao Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, interessado em adquirir, para o Museu Nacional, uma coleção de artefatos quetchuas do Museu do ex-imperador, que seria leiloada junto com os móveis.

BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f. 42v – 43.

Ofício de Ladislau Netto ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos solicitando outros espaços, pois estava consciente de que não se faria mais a mudança do Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista.

BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f. 42 – 42v.

Ofício de Ladislau Netto solicita transferência do Museu do Imperador para o Museu Nacional, para isso solicita ligação férrea da Quinta da Boa Vista para o Campo de Santana.

BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f. 54.

Ofício de Ladislau Netto ao Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos denunciando o engenheiro de obras do Ministério do Interior, Bettencourt da Silva, de ter depredado o mobiliário que restou no palácio, oriundo do Congresso.

BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f. 65 – 65v.

Ofício do Diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, para o Ministro e Secretário de Estado solicitando, para o Museu Nacional, os móveis que estavam no palácio e que pertenceram ao Congresso.

BR MN MN. DR. Classe 62. Museu de Armas Ferreira da Cunha. Documento resposta do senhor Sérgio Ferreira para o diretor do Museu Nacional, José Lacerda de Araújo Feio, sobre o envio ao Museu Nacional de uma arca que pertenceu à Guarda Imperial do Paço de São Cristóvão.

BR MN MN Registro de Correspondência Oficial, p. 192, 19.08. 1881. Correspondência de d. Pedro II para Ladislau Netto doando um material fóssil ao Museu Nacional.

JF. O. MN. HQ. 30/3.

Texto do diretor José Lacerda de Araújo Feio sobre os símbolos da Sala do Trono.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

3:063, lata 142 – 17.8.1794.

Único certificado, manuscrito por Werner, conferido pelo curso da Bergakademia a José Bonifácio de Andrada e Silva.

2. FONTES IMPRESSAS

Documentos Oficiais: Arquivo Nacional

AN.M, Códice IE¹ 145.

O Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos enviou carta para o procurador de d. Pedro II avisando que deliberou conservar para o Estado os pertences do ex-imperador.

AN. CRI Códice IJJ¹ 566, 11.04.1890.

O Ministro do Estado dos Negócios do Interior encaminhou documento ao Ministro d'Estado dos Negócios da Fazenda solicitando posição em relação à situação dos moradores da Quinta da Boa Vista.

AN. CRI. Mn, doc. 73, cx. 12, pc. 06, SDE 027^a, 9.07.1846.

Portaria da Casa Imperial informando que as Audiências Públicas foram transferidas do Paço Imperial para o Paço de São Cristóvão, por ordem do imperador.

AN. CRI. Mn, cx. 13, pc. 04, doc. 124.

Pedido de demissão do padre Inácio Cândido da Costa do cargo de Capelão do Paço de São Cristóvão.

AN. CRI, Mn, doc. 80, cx. 12, pc. 01 de 1845 SDE 027a.

Descrição dos objetos do Observatório Astronômico do imperador.

AN. CRI. Mn, doc. 40, cx. 11, pc. 01.

Primeira determinação de d. Pedro II, após a maioria em relação ao acesso de pessoas ao palácio.

AN. Fundo Série Interior Gabinete Ministerial Códice AC IJJ¹ 566 doc. 60, pc. 6, cx.12.

Documento que cita a realização semanal do ritual do beija-mão.

AN Fundo Série Interior Gabinete Ministerial Códice A6 IJJ¹ 566 cx.11, pc.1, doc. 7 a 13.

Documentos que comprovam a aquisição de equipamentos químicos, físicos e geográficos em Londres.

AN. Fundo Série Interior Casa Imperial IJJ³ cx. 12, pc. 03, docs 47 a 50.

Relação das Datas Festivas Nacionais de Grande Gala na Corte.

AN. Fundo Série Interior IJJ¹ 566 doc. 80, cx. 12, pc. 01.

Relação de equipamentos do Observatório Astronômico do imperador.

AN. GBI. Códice A6. IJJ¹ 566.

Documento informando o nome do bibliotecário responsável pela biblioteca particular do monarca – Inácio Augusto César Raposo.

AN. Seção de Ministérios – IE¹ 145, 19.08.1890. (nota de rodapé 44).

O Ministro de Instrução Pública, Correios e Telégrafos informou ao Ministro do Estado dos Negócios do Interior que havia criado Comissão para examinar e escolher os objetos e documentos que sejam de interesse para a pátria.

AN. Seção de Ministérios – IE¹ 145, 19.08.1890. (nota de rodapé 45 – registrado no Arquivo Nacional com a mesma numeração).
O Ministro de Instrução Pública, Correios e Telégrafos encaminhou documento para o procurador de d. Pedro II informando que deliberou por conservar para o Estado os pertences do ex-imperador.

AN. Seção de Ministérios – IJJ¹ 566, 8.05.1890.
O Ministro do Estado dos Negócios do Interior autorizou ao Superintendente da Quinta da Boa Vista solicitar, ao auxiliar da Comissão do inventário, a entrega das chaves das salas da Biblioteca e do Museu do ex-imperador.

AN. Seção de Ministérios – IJJ¹ 566, 18.06.1890.
O Ministro do Estado dos Negócios do Interior enviou documento ao Superintendente da Quinta da Boa Vista informando que a desconfiança do procurador do imperador, em relação à violação de um armário da Quinta da Boa Vista, não tinha fundamento.

AN. Seção de Ministérios – IJJ¹ 698, 22.11.1889.
O Ministro dos Negócios do Estado encaminhou documento ao procurador de d. Pedro II informando sobre a nomeação de Comissão para elaboração do inventário dos documentos existentes nos antigos palácios imperiais.

AN. Seção de Ministérios – IJJ¹ 698, 23.11.1889.
O Ministro do Estado dos Negócios do Interior solicitou, ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra, sentinelas para guardarem os dois palácios (Paço de São Cristóvão e Paço Imperial).

AN. SDE 027^a. 1838 a 1889.
Documentos que comprovam a visita ao Paço de São Cristóvão de representantes dos seguintes países: Estados Unidos, Bolívia, Uruguai, Alemanha, Itália, França, Chile, Argentina, Inglaterra, Holanda, entre outros.

Arquivo Grão-Pará, 20.08.1890 – original pertencente a d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança.
Resposta do procurador do imperador ao Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos sobre a deliberação de ficar com os pertences do monarca.

Arquivo Grão-Pará, 1.10.1890 – original pertencente a d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança.
O desembargador e procurador da Fazenda Nacional encaminhou documento ao procurador do ex-imperador solicitando que ele escrevesse ao seu cliente para que autorizasse a doação da biblioteca, de seu museu e de papéis públicos ao Governo.

Biblioteca Nacional Relatórios Ministeriais

Ministério da Agricultura, Comércio e Obras – 1868 – 1890.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – 1909 – 1930.

Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – 1890 – 1892.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores – 1892 – 1909.

Ministério da Viação e Obras Públicas – 1909 – 1930.

Ministério dos Negócios do Reino – 1818 – 1822.

Ministério dos Negócios do Império – 1822 – 1868.

Guias:

Museu Nacional

BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f. 78v-79.

Relatório do Movimento Administrativo e Científico do Museu Nacional durante o ano de 1892, apresentado pelo diretor interino Amaro Ferreira das Neves Armond.

BR MN MN. DR. Classe 1460. Relatório 1931-1940.

Relatório da diretora Heloisa Alberto Torres do período 1931-1940 contendo a narrativa sobre a visita de um grupo de antropólogos.

BR MN Relatório do Movimento Administrativo e Científico do Museu Nacional, 1892.

Consta que o diretor interino Amaro Ferreira das Neves Armond solicitou melhoramentos para o prédio.

GUIA da Exposição Antropológica de 1882. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882.

Museu Mariano Procópio

GUIA da Exposição Universal de 1889.

Jornais:

O Paiz, Coluna Acervo Augusto, Rio de Janeiro, 6.08.1890.

O Paiz, Coluna Salada de Frutas, Rio de Janeiro, 11.08.1890.

Tribuna. Bens da Família Imperial. 22.08.1890

Livros:

LACERDA, João Baptista de. *Fatos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.